



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

**CADUCIDADE DE CONCESSÕES DE
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

VINICIUS LOPES CAMPOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CCS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos
Setores Energético e Mineral

Rio de Janeiro, março de 2019.



Vinicius Lopes Campos

CADUCIDADE DE CONCESSÕES DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral, apresentada ao programa de pós-graduação lato sensu em Administração da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral.

Orientador: Delberis A. Lima

Rio de Janeiro
Março de 2019.

Agradecimentos

Agradeço à Andréia, minha companheira, e aos nossos filhos Maria e Pedro, pela paciência, compreensão e motivação na árdua jornada até a conclusão deste trabalho. Agradeço ainda ao Clube de Regatas do Flamengo pela alegria de ser Rubro-Negro.

Resumo

Campos, Vinicius Lopes. Lima, Delberis A. Caducidade de concessões de transmissão de energia elétrica. Rio de Janeiro, 2019. 35 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral – Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A caducidade dos serviços públicos concedidos é prevista na Constituição Federal de 1988. Derivando do texto constitucional temos leis, decretos e resoluções que tratam especificamente da caducidade do serviço público de transmissão de energia elétrica. Entretanto, quando o órgão regulador de eletricidade deparou-se com a recorrente necessidade de instrução processual sobre o tema, houve a necessidade de um aperfeiçoamento administrativo objetivando maior clareza e transparência nas decisões desse órgão.

Além disso, importantes agentes do setor elétrico brasileiro interagem em todo o processo que culmina na caducidade de um contrato de concessão transmissão de energia elétrica, tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica um papel de destaque, pois sendo o órgão regulador do mercado brasileiro de energia elétrica cabe a ela a gestão desses contratos.

Ressalta-se ainda o impacto que uma caducidade de um contrato de transmissão de energia elétrica tem para o Sistema Interligado Nacional, haja vista as expectativas dos consumidores com a conexão de novos ativos que ampliam e flexibilizam a operação do sistema.

Sendo assim, este trabalho espera demonstrar o processo que envolve a caducidade de um contrato de transmissão de energia elétrica, a participação dos agentes e os impactos para o sistema.

Palavras-chave

Caducidade. Concessão. Transmissão de energia elétrica. Contrato.

Abstract

The lapse of the public services granted is provided for in the Federal Constitution of 1988. Deriving from the constitutional text we have laws, decrees and resolutions that deal specifically with the expiration of the public service of transmission of electric energy. However, when the Brazilian electricity authority was faced with the recurrent need for procedural instruction on the subject, there was a need for an administrative improvement in order to achieve greater clarity and transparency in the decisions of this body.

In addition, important agents of the Brazilian electric sector interact in all the process that culminates in the expiration of an electric power transmission concession agreement, having the Brazilian Electricity Regulatory Agency a prominent role, being the authority of the Brazilian electricity market to management of these contracts.

It is also worth noting the impact that a lapse of an electric power transmission contract has on the National Interconnected System, given the expectations of consumers with the connection of new assets that increase and make the operation of the system more flexible.

Thus, this paper hopes to demonstrate the process that involves the expiration of an electric power transmission concession agreement, the involvement of the agents and the impacts to the system.

Key-words

Concession lapse. Concession. Electric power transmission. Agreement.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 7 |
| 2. Contextualização legal e regulatória sobre declaração de caducidade | 9 |
| 3. Processo de declaração de caducidade na ANEEL | 17 |
| 4. Interação entre os entes envolvidos no processo | 22 |
| 5. Impactos para o Sistema Interligado Nacional | 26 |
| 6. Reversão de bens e indenizações, penalidades | 28 |
| 7. Conclusão | 30 |
| 8. Bibliografia | 33 |

1. Introdução

Conforme conceituado na legislação, a concessão de serviço público é a delegação desse serviço feita pelo poder concedente, que nesse caso trata-se da União, por meio de licitação na modalidade concorrência à pessoa jurídica que demonstre capacitação para a prestação de tal serviço.

E como consequência pelo fato de ser a concessão de serviço público uma forma de gestão pública, a União mantém sobre essa concessão o poder de controle. E em decorrência desse poder de controle a União possui tanto a possibilidade delegar quanto de decretar a caducidade dessa concessão. De forma específica tratada neste trabalho, a União tem o poder de decretar a caducidade de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica.

Assim, entende-se por caducidade como a rescisão contratual oriunda de um inadimplência contratual cometida pela concessionária detentora da delegação para a execução de determinado serviço público. As hipóteses para a ocorrência dessa rescisão são definidas em lei.

E para gerir esses contratos de concessão foram criadas as Agências Reguladoras que também tem a missão de normatizar os setores dos serviços públicos delegados e de buscar equilíbrio e harmonia entre Estado, usuários e delegatários, e com poderes são delimitados por lei. O âmbito de sua atuação passa por diversas áreas, sendo as mais importantes as de fiscalização, regulamentação, regulação e, por vezes, arbitragem e mediação.

As agências foram dotadas de personalidade jurídica de direito público sendo imprescindíveis os requisitos de autonomia e independência para que exerçam, com eficiência, os poderes designados pela Constituição Federal e pela legislação ordinária que as cercam.

E neste caso específico, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, dotada dos requisitos técnicos, jurídicos e regulatórios atinente às suas atividades tem se deparado com um frequente desafio: analisar processos que concluam pela proposição ao poder concedente da declaração de caducidade de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Esses processos foram se aperfeiçoando na mesma medida que a legislação ordinária sobre o tema, sem que a autoridade reguladora do setor elétrico nacional exorbite de suas funções, cumprindo seu papel de buscar a melhor regulamentação sobre a questão. Após toda a instrução processual, o ato final, a declaração de caducidade de uma concessão de um serviço público de transmissão de energia elétrica é competência do poder concedente, neste caso, a União.

Porém, a extinção de uma concessão antes do término pactuado em contrato acarreta alguns impactos de ordem técnica na operação e manutenção do Sistema Interligado Nacional – SIN, afinal, consumidores e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS tem frustrada uma expectativa da entrada em operação e/ou manutenção de novos ativos de transmissão de energia elétrica quando uma declarada de caducidade é posta a termo.

Dessa forma, este trabalho pretende contextualizar a legislação e as normas regulatórias atinentes a declaração de caducidade para as concessionárias de transmissão de energia elétrica, e também demonstrar como a ANEEL tem trabalhado com esse tema e as consequências sistêmicas advindas.

2. Contextualização legal e regulatória sobre declaração de caducidade

A previsão constante do art. 175 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CF/1988 é o ponto de partida para todo o arcabouço legal e regulatório para tratarmos sobre caducidade dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

O texto constitucional do caput do art. 175 dispõe sobre como devem ser prestados os serviços públicos concedidos, de forma ampla, não apenas o serviço público de transmissão de energia elétrica. Já o inciso I do parágrafo único desse caput estabelece que por meio de lei serão dispostas as condições para a caducidade dos serviços públicos prestados por meio de concessão, incluindo aqui o serviço público de transmissão de energia elétrica.

E a lei que dispõe sobre concessões e permissões de serviço público, de forma ampla, e por consequência da caducidade desses serviços, passou a vigorar em 14 de fevereiro de 1995, com a publicação no Diário Oficial da União – DOU. Trata-se da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Essa Lei é conhecida como a Lei de Concessões.

A Lei nº 8.987/1995 trata da caducidade de serviços públicos concedidos em vários e importantes aspectos, tal como no art. 27, definindo que a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará na caducidade do serviço público concedido.

Já o art. 38 dispõe que a inexecução total ou parcial de contrato de serviço público concedido acarretará a declaração de caducidade da concessão, porém, diferentemente da caducidade aplicada diretamente quando houver a transferência de concessão sem anuência prévia do poder concedente, essa caducidade não é tácita e fica a critério do poder concedente.

É importante destacar que § 1º do art. 38 apresenta os critérios a serem analisados pelo poder concedente quando poderá declarar a caducidade de um serviço público concedido. São eles: se o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores

e parâmetros definidores da qualidade do serviço; se a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão; se a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior; se a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido; se a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações nos devidos prazos; se a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em cento e oitenta dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão.

Destaca-se também que o § 2º do art. 38 dispõe que a declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa. E o § 4º dispõe que após processo administrativo e comprovação da inadimplência que justifique a caducidade da concessão, esta deverá ser declarada por meio de decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, pois tal indenização deverá ser calculada no decurso do processo.

Por fim, com relação ao art. 38 da Lei nº 8.987/1995, temos que, em se tratando da caducidade de serviços públicos concedidos, no § 6º está disposto que não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária, caso seja declarada a caducidade de um serviço público concedido.

Ainda com relação a legislação ordinária prevista no texto constitucional sobre a caducidade de serviços públicos concedidos, temos na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 (Lei que trata de prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos) que a União está autorizada a cobrar pelo direito de exploração de serviços públicos, nas condições preestabelecidas no edital de licitação. O inadimplemento dessa cobrança pode fazer com que ao concessionário do serviço público concedido seja aplicada a penalidade de caducidade, conforme as disposições da Lei nº 8.987/1995.

A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado. A lei tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

Dentre as competência originalmente impostas a ANEEL, de acordo com o art. 3º da Lei nº 9.427/1996 estão as incumbências prescritas nos arts. 29 e 30 da Lei nº 8.987/1995, aplicáveis aos serviços de energia elétrica, onde destaca-se o inciso IV do art. 29: extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato.

O Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, constituiu e aprovou a estrutura regimental da ANEEL. Na estrutura regimental da ANEEL ficaram definidas as competências da autarquia, dentre as quais cumpre-se destacar: propor a declaração de caducidade nos casos e condições previstos em lei e nos respectivos contratos.

A estrutura regimental da ANEEL, definida pelo Decreto nº 2.335/1997 também estabeleceu as penalidades a serem aplicadas pela fiscalização da autarquia aos agentes do setor elétrico nacional.

Essas penalidades, salienta-se, devem estar em conformidade com as normas regulamentares e os respectivos contratos de concessão e incluem a caducidade da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, e também suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, bem como impedimento de contratar com a Autarquia, em caso de não execução total ou parcial de obrigações definidas em lei, em contrato ou em ato autorizativo.

A Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, aprovou os procedimentos para regular a imposição de penalidades apuradas, pela ANEEL, referentes às infrações cometidas pelos agentes do setor elétrico nacional.

O art. 2º dessa resolução trouxe um rol de penalidades que se sujeitam os infratores em virtude de não atendimento às disposições legais e contratuais

relativas a prestação de serviços, implantação e operação de instalações de energia elétrica: advertência; multa; embargo de obras; interdição de instalações; suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como de impedimento de contratar com a ANEEL e de recebimento de autorização para os serviços e instalações de energia elétrica; revogação da autorização; intervenção administrativa; e a caducidade da concessão ou da permissão, incluindo aqui as concessões para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica.

O art. 16 dessa resolução estabeleceu que a declaração de caducidade de concessão de serviços públicos devem atender a legislação, em especial da Lei nº 8.987/1995.

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, trouxe alterações na Lei nº 9.427/1996 que atingem diretamente as normas atinentes ao processo de declaração de caducidade das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

Essas alterações são relativas às competências da ANEEL para promover, mediante delegação, licitação para a contratação de concessionárias de serviço público para transmissão de energia elétrica, conforme nova redação dada ao inciso II do art. 3º para a Lei nº 9.427/1996; e competência da ANEEL para gerir os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica conforme nova redação dada ao inciso IV do art. 3º da Lei nº 9.427/1996.

A Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, aprovou os procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalações e serviços de energia elétrica, além das entidades responsáveis pela operação do sistema (ONS), pela comercialização de energia elétrica (CCEE) e pela gestão de recursos provenientes de encargos setoriais.

Essa Resolução Normativa trouxe um aperfeiçoamento nos procedimentos para regular a imposição de penalidades apuradas pela ANEEL, vindo a substituir a Resolução nº 318/1998.

Fica demonstrado, na alínea c do parágrafo único do art. 2º, que a penalidade de declaração de caducidade cabe ao poder concedente, com proposição feita pela ANEEL. Entendendo-se aqui que essa proposição de declaração de caducidade feita pela ANEEL é de competência de sua diretoria.

O art. 13 estabelece todas as situações pelas quais uma concessão de serviço público de energia elétrica está sujeita à declaração de caducidade: o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base, as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço; a concessionária de serviço público de energia elétrica descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão; a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior; a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido; a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos; a concessionária não atender a intimação da ANEEL no sentido de regularizar a prestação do serviço; a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais; houver desligamento do agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por inadimplemento.

No § 1º do art. 13 demonstra-se que a declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

Já no § 2º aponta-se que não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicado à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando prazo para correção das falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

O § 3º trata da instauração do processo administrativo e da comprovação da inadimplência, demonstrando que a caducidade do serviço concedido será declarada pelo Poder Concedente, por proposta da ANEEL, onde subentende-se proposta da diretoria, independentemente de indenização prévia, a qual será calculada no decurso do processo.

O § 4º trata da indenização a ser apurada, e que essa apuração será com base nas parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido ou permitido, descontados o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

O § 5º dispõe que o valor de indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário procedido pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na forma da legislação específica, após finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias recursais.

E por fim, o § 6º dispõe que após a declaração da caducidade do serviço público concedido, não resultará para o poder concedente ou para a ANEEL qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

Ou seja, os aperfeiçoamentos apontados na REN nº 63/2004, em substituição a Resolução nº 318/1998, vão ao encontro do estabelecido na legislação que precedeu essa REN, regulando o processo para declaração de caducidade de serviço de transmissão de energia elétrica, caso específico tratado neste trabalho.

A Medida Provisória – MP nº 735, de 22 de junho de 2016, trouxe importantes alterações na Lei nº 9.074/1995 com relação à extinção de outorga de serviços de energia elétrica.

Do texto da Exposição de Motivos que encaminhou o texto da MP para o Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República temos:

“(…)

8. Adicionalmente, considerando o grande esforço que o governo está envidando para viabilizar as concessionárias de distribuição sob controle público, é oportuno e urgente a proposição de alteração

legal que permita assinatura de novo contrato de concessão a partir da transferência do controle acionário, mediante processo licitatório, bem como, alternativamente, possibilitar a assinatura de termo aditivo com a finalidade de deslocar temporalmente as obrigações do contrato de concessão, de modo a compatibilizá-las com a data de assunção da pessoa jurídica pelo novo controlador.

9. Nesse sentido, sugerimos que o processo de caducidade da concessão possa ser interrompido por meio de um plano de troca do controle societário. Caso esse plano seja considerado viável e garanta a prestação do serviço adequado pelo novo sócio controlador, poderia ser então aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, suspendendo, assim, o processo de extinção da concessão, que após ser concluído seria definitivamente arquivado.

10. Esse procedimento traria uma série de benefícios, tais como:

I - evitar o ônus da União em ter que apurar e indenizar os bens reversíveis; II - evitar a liquidação da empresa que perde o contrato de concessão, com ônus para funcionários, credores, fornecedores, etc.;

III - preservar empregos diretos e indiretos, contratos de fornecimento de equipamentos, direitos dos credores, etc; e

IV - trazer maior celeridade e continuidade do serviço público prestado.

(...)”

A alteração trazida pela MP nº 735/2016 na Lei nº 9.074/1995 que trouxe impacto nas normas que tratam da caducidade de concessões de serviços de energia elétrica foi a adição do art. 4º-C:

“Art. 4º-C. O concessionário, permissionário ou autorizado de serviços e instalações de energia elétrica poderá apresentar plano de transferência de controle societário como alternativa à extinção da outorga, conforme regulação da ANEEL.

§ 1º O plano de transferência de controle societário deverá demonstrar a viabilidade da troca de controle e o benefício dessa medida para a adequação do serviço prestado.

§ 2º A aprovação do plano de transferência de controle societário pela ANEEL suspenderá o processo de extinção da concessão.

§ 3º A transferência do controle societário, dentro do prazo definido pela ANEEL, ensejará o arquivamento do processo de extinção da concessão.”

A Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016 é a conversão da MP nº 735/2016. E com relação a alteração trazida por essa MP nº 735/2016 na Lei nº 9.074/1995 temos que o texto final sofreu alguns ajustes, mas manteve na essência a proposta original trazida pela MP:

“Art. 4º-C. O concessionário, permissionário ou autorizatário de serviços e instalações de energia elétrica poderá apresentar plano de transferência de controle societário como alternativa à extinção da outorga, conforme regulação da Aneel.

§ 1º O plano de transferência de controle societário deverá demonstrar a viabilidade da troca de controle e o benefício dessa medida para a adequação do serviço prestado.

§ 2º A aprovação do plano de transferência de controle societário pela Aneel suspenderá o processo de extinção da concessão.

§ 3º A transferência do controle societário, dentro do prazo definido pela Aneel, ensejará o arquivamento do processo de extinção da concessão.”

A Portaria nº 4.477, de 21 de fevereiro de 2017, delegou competência para o titular da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da ANEEL para expedir Termo de Intimação – TI, com o fim de cientificar o agente quando constatada a existência de fatos que possam, de per si ou conjuntamente, caracterizar infração sujeita à penalidade de caducidade da concessão permissão.

3. Processo de declaração de caducidade na ANEEL

Na ANEEL a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE é a área responsável pelo controle e fiscalização das concessionárias que prestam serviços de transmissão de energia elétrica.

Assim, a SFE tem a incumbência de constatar a existência de fatos que possam caracterizar infração sujeita à caducidade da concessão e cientificar o agente infrator acerca dessa circunstância, mediante a expedição de um ato conhecido como Termo de Intimação.

Porém, até fevereiro de 2017 era necessário que a SFE obtivesse autorização por parte da Diretoria da ANEEL para a emissão de Termos de Intimação para a devida notificação do concessionário de transmissão de energia elétrica que cometesse infração sujeita à penalidade de declaração de caducidade. Essa autorização era precedida de instrução de um processo administrativo que culminava na emissão de um despacho autorizativo que passava a ter validade a partir de publicação no Diário Oficial da União.

Para exemplificar, temos os despachos nº 1.293 e nº 1.294, de 17 de maio de 2016, relativos aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica nº 4/2014-ANEEL, de 29 de janeiro de 2014, e nº 13/2014-ANEEL, de 2 de maio de 2014.

Também convém destacar o Despacho nº 1.713, de 28 de junho de 2016, relativos aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica nº 001/2013, nº 005/2013, nº 006/2013, nº 009/2013, nº 010/2013, nº 013/2013, nº 002/2014, nº 015/2014 e nº 020/2014.

E ainda, para terminar o rol exemplificativo, o Despacho nº 1.775, de 5 de julho de 2016, relativo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica nº 06/2014-ANEEL, de 29 de janeiro de 2014.

Para a instrução de todos esses processos de declaração de caducidade do serviço público de transmissão de energia elétrica desses contratos de concessão foi necessário que SFE instrísse solicitações para que a Diretoria autorizasse formalmente a emissão dos correspondentes Termos de Intimação.

Isso demandou uma quantidade razoável de tempo e trabalho, tanto para a SFE, quanto para a Diretoria da ANEEL, o que vai de encontro a racionalidade, a celeridade e a simplificação da instrução processual.

Então, houve a percepção na SFE, obtida por meio de seus instrumentos de monitoramento e análise, de que em um futuro próximo poderia se concretizar um cenário de instrução de novos processos de caducidade de concessões, em função, principalmente, de novas variáveis decorrentes, dentre outras, do momento econômico pelo qual passava o país.

Também convém destacar que as convencionais medidas punitivas adotadas pela SFE (advertência e multa), conforme consta da Resolução Normativa nº 63/2004, para penalizar os agentes transmissores de energia elétrica não estavam sendo eficazes o suficiente para coibir as infrações relativas ao atraso na entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão concedidos às transmissoras.

Um bom exemplo de como a penalidade de multa não foi suficiente para inibir a ação negligente de um concessionário de transmissão de energia elétrica ocorreu com o Contrato de Concessão nº 005/2007-ANEEL, de 20 de abril de 2007.

O prazo contratual para a entrada em operação comercial do empreendimento fixado no Contrato de Concessão nº 005/2007-ANEEL foi de dezoito meses a partir da data de assinatura, ou seja, 20 de outubro de 2008.

Antes da instrução processual que culminou na proposta ao MME de declarar a caducidade desse contrato (Despacho nº 2.948, de 11 de dezembro de 2018 e Despacho nº 4.279, de 19 de dezembro de 2017), e depois de aplicação de penalidades pecuniárias, a previsão de conclusão de implantação e início da operação comercial informada pelo concessionário, caracterizava um atraso superior a 12 anos com relação ao prazo legal estabelecido em contrato.

Adicionalmente, um grande grupo concessionário de vários contratos de transmissão de energia elétrica havia entrado em recuperação judicial e paralisado as obras de implantação de nove concessões, incluindo as obras

relativas às linhas de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Ou seja, estava configurado um cenário em que a penalidade de declaração de caducidade era a medida necessária para retirar do mercado de transmissão de energia elétrica aquele agente que além de não cumprir o contrato dificultava sobremaneira a operação e a integração do Sistema Interligado Nacional.

Assim, com a publicação da Portaria nº 4.477, de 21 de fevereiro de 2017, foi delegada à SFE a competência para expedir Termos de Intimação, com o fim de cientificar o agente concessionário do serviço público de transmissão de energia elétrica quando constatada a existência de fatos que possam, de *per si* ou conjuntamente, caracterizar infração sujeita à penalidade de caducidade da concessão.

Essa simplificação da burocracia da administração pública permitiu a SFE analisar com maior celeridade os diversos casos que surgiram ensejando uma instrução processual que conclua pela declaração de caducidade de contratos de transmissão de energia elétrica.

Monitoramento da implantação do cronograma dos empreendimentos de transmissão concedidos, realização de fiscalizações e análise da gestão dos empreendimentos sob responsabilidade dos concessionários, além de informações prestadas pelas Superintendências de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF e de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT, embasam a SFE para emissão de Relatórios de Falhas e Transgressões que são encaminhados ao concessionário infrator por meio do Termo de Intimação.

De posse do Relatório de Falhas e Transgressões cabe à transmissora apresentar suas argumentações que possam descaracterizar ou regularizar as falhas e transgressões apontadas pela SFE. Também é concedida à transmissora infratora que apresente um plano de recuperação do cronograma de execução dos empreendimentos outorgados nos casos em que as falhas e transgressões apontadas são relativas à implantação dos ativos concedidos.

Cabe ainda a concessionária de transmissão infratora, conforme Medida Provisória – MP nº 735, de 22 de junho de 2016, que se converteu na Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, apresentar um plano de transferência de controle societário da concessão objeto de declaração de caducidade. Caso esse plano seja aprovado pela ANEEL o processo administrativo de extinção da concessão é extinto.

Conforme se depreende da Exposição de Motivos que apresentou a proposta da MP nº 735/2016 a grande motivação para que houvesse uma alteração na legislação que permitisse que o processo de caducidade de concessão pudesse ser interrompido por meio de um plano de troca do controle societário visava diretamente viabilizar as concessionárias de distribuição de energia elétrica sob controle do poder público para que a assinatura de novo contrato de concessão a partir da transferência do controle acionário, mediante processo licitatório, permitisse o deslocamento temporal das obrigações do contrato de concessão, de modo a compatibilizá-las com a data de assunção da pessoa jurídica pelo novo controlador.

Entretanto, essa mudança na legislação atingiu diretamente as concessionárias de transmissão de energia elétrica sob processo de declaração de caducidade de suas concessões, pois o texto legal aprovado na lei não foi restrito às concessionárias distribuidoras ou transmissoras e sim às concessionárias de energia elétrica em sentido amplo. Com isso, abriu-se uma grande oportunidade para que as transmissoras de energia elétrica conseguissem evitar a caducidade da concessão.

O instituto da transferência do controle societário foi apresentado para se evitar a caducidade do contrato de concessão nº 001/2015, porém, houve descumprimento do prazo estabelecido no Despacho nº 3.577, de 24 de outubro de 2017 para a efetivação da transferência do controle societário desse contrato.

E se diante das argumentações da concessionária de transmissão de energia elétrica infratora a SFE concluir que não houve regularização das falhas e transgressões apontadas, não houve apresentação de plano de recuperação de cronograma de implantação do empreendimento (casos de atraso de implantação das obras), e nem apresentação de um plano de transferência de controle societário da concessão, conclui-se pela recomendação de proposição ao poder

concedente, no caso o MME, para que seja declarada a caducidade da concessão nos termos do art. 38 da Lei nº 8.987/1995.

Essa proposição ao MME ocorre em meio ao despacho emitido pela diretoria da ANEEL subsidiada por toda a instrução administrativa processual apresentada pela SFE.

4. Interação entre os entes envolvidos no processo

Durante toda a instrução de um processo administrativo que culmina na recomendação ao MME para que seja declarada a caducidade de uma concessão de transmissão de energia elétrica a SFE interage, além de outras superintendências da autarquia, com alguns entes externos para que a instrução processual atenda integralmente aos dispositivos legais e regulatórios que lhe impõe.

Com a delegação que lhe foi dada por meio da Portaria nº 4.477, de 21 de fevereiro de 2017, para expedir Termo de Intimação, com a finalidade de cientificar o agente concessionário transmissor de energia elétrica quando constatada a existência de fatos que possam caracterizar infração sujeita à penalidade de caducidade da concessão, a SFE busca internamente informações com algumas outras superintendências para subsidiar todo o processo.

Compete a Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT a instrução técnica e econômica prévia para processos licitatórios de contratação de concessões de transmissão; autorizações de serviços e instalações de transmissão, incluindo aquelas destinadas ao acesso de unidades consumidoras à rede Básica, e gestão dos respectivos contratos de concessão, incluindo autorização de reforços em instalações sob responsabilidade de concessionária de transmissão.

Logo, a SCT pode subsidiar a SFE em termos de informações relativas a: alterações/aditivos nos contratos de concessão; declaração de utilidade pública; acompanhamento/execução da garantia de fiel cumprimento do contrato de concessão; enquadramento do empreendimento objeto da concessão ao Reidi; autorização de reforços nas instalações de transmissão concedidas; análise de conformidade de projetos básicos aos Procedimentos de Rede; etc.

Já a Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira – SFF tem competência para controle e fiscalização econômico-financeira e contábil das concessões dos serviços e instalações de energia elétrica, incluindo a gestão dos fundos setoriais, bem como de operações comerciais e societárias sujeitas a controle prévio ou a posteriori; fiscalização de caráter preventivo e corretivo para

preservar o equilíbrio econômico-financeiro das concessões; estabelecimento e fiscalização de procedimentos contábeis a serem observados pelos concessionários de transmissão de energia elétrica regulados; e controle e fiscalização do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS nos aspectos econômico-financeiros e das atividades de comercialização no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Assim sendo, a SFF pode subsidiar a SFE em termos econômico-financeiros, informando se a concessionária transmissora é capaz, apenas com os recursos oriundos da sua atividade, de concluir todas as obras sob sua responsabilidade sem comprometer a saúde financeira da concessão, tendo em vista se a geração de caixa da operação cobre as despesas correntes, o que não dificultaria o pagamento de juros de dívida existente e o desembolso para terminar as obras da sua carteira de empreendimentos.

Temos ainda, internamente, a Procuradoria Federal junto à ANEEL, cujas competências são: assessorar juridicamente a Diretoria da ANEEL; examinar e opinar sobre os assuntos de natureza jurídica e sobre os atos normativos da ANEEL; examinar e aprovar as minutas de editais para licitações e concursos públicos, bem como dos respectivos contratos; pronunciar-se em processos de natureza disciplinar e sobre todas as questões jurídicas referentes a licitações e contratos, incluindo a dispensa ou inexigibilidade de procedimento licitatório; propor à Diretoria da ANEEL a declaração de nulidade de ato administrativo praticado no âmbito da agência; interpretar as leis e orientar a Diretoria da ANEEL na sua aplicação, bem como quanto ao adequado cumprimento das decisões judiciais relacionadas com a Autarquia; exercer a representação judicial da Autarquia e de seus agentes públicos, bem como a representação extrajudicial desta, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e da legislação específica superveniente; encarregar-se da apuração da liquidez e certeza dos créditos da ANEEL, de qualquer natureza, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 73/1993 e da legislação específica superveniente.

Ou seja, a Procuradoria Federal junto à ANEEL subsidia nas questões relativas à legalidade dos atos e da instrução processual praticamente pelas áreas técnicas da agência e pela Diretoria.

A interação da SFE com entes externos na instrução processual de um processo de declaração de caducidade de uma concessão de transmissão de energia elétrica se dá principalmente com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Sendo o ONS o órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados do país, compete ao Operador desenvolver uma série de estudos e ações sobre o sistema e seus agentes para gerenciar as diferentes fontes de energia e a rede de transmissão, de forma a garantir a segurança do suprimento contínuo em todo o território nacional, objetivando: promover a otimização da operação do sistema eletroenergético, visando ao menor custo para o sistema, observados os padrões técnicos e os critérios de confiabilidade estabelecidos nos Procedimentos de Rede aprovados pela ANEEL; garantir que todos os agentes do setor elétrico tenham acesso à rede de transmissão de forma não discriminatória e; contribuir, de acordo com a natureza de suas atividades, para que a expansão do SIN se faça ao menor custo e vise às melhores condições operacionais futuras.

Dessa forma, a ANEEL/SFE pode interagir com o ONS de forma a obter informações relativas aos impactos causados ao sistema decorrentes dos atrasos para entrada em operação comercial de instalações de transmissão de energia elétrica concedidas, bem como se diante desses atrasos se essas instalações se fazem ainda necessárias à operação do SIN, ou se há alternativas para substituição dessas instalações.

Quando se tratar de empreendimentos estruturantes para o SIN, cabe uma interação da SFE/ANEEL com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE para a obtenção de um posicionamento compatível com o planejamento energético setorial que subsidie a instrução processual que pode culminar com a proposição ao MME de declarar a caducidade da concessão. Afinal, a EPE tem por finalidade prestar serviços ao MME na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo o setor de energia elétrica.

Por fim, a derradeira articulação da ANEEL nesse processo de instrução processual que vise a declaração de caducidade de concessões de transmissão de energia elétrica se dá com o poder concedente, o MME.

Findo todo o processo na ANEEL cabe ao órgão regulador emitir despacho com publicação no Diário Oficial da União propondo ao Ministério de Minas e Energia a declaração de caducidade do contrato de concessão. Observa-se ainda que cabe ao concessionário de transmissão de energia elétrica a aplicação das demais sanções previstas no contrato de concessão e no arcabouço legal e regulatório, tal como a penalidade de multa conforme o inciso x da Lei nº 9.427/1996.

O Ministério de Minas e Energia, diante da proposta apresentada pela ANEEL, e após seus trâmites processuais internos, se vir a concluir pela razoabilidade da recomendação proposta, declara a caducidade da concessão de transmissão de energia elétrica por meio de portaria assinada pelo Ministro de Estado e com publicação no Diário Oficial da União.

Porém, caberá à ANEEL adotar todas as providências decorrentes da declaração de caducidade de uma concessão, inclusive quanto à aplicação de outras penalidades previstas na legislação e no contrato de concessão, haja vista ser a ANEEL a entidade com delegação e responsabilidade para fazer a gestão dos contratos de concessão.

5. Impactos para o Sistema Interligado Nacional

Considerando todo o planejamento que há por trás de uma licitação para concessão de um serviço público de transmissão de energia elétrica não há como negar a extrema importância que esses empreendimentos têm para o Sistema Interligado Nacional.

Dessa forma, a frustração pela não implantação desses empreendimentos tem impactos consideráveis, seja do ponto de vista elétrico, eletroenergético, comercial, etc.

Como exemplo, a implantação das obras do Contrato de Concessão nº 001/2015-ANEEL, eram de extrema importância para o setor elétrico nacional, pois tinham como objetivo o atendimento elétrico ao estado do Rio Grande do Sul, especialmente no escoamento da geração dos projetos termoeletrônicos e eólicos da região com energia já comercializada.

Porém, a não implantação do Contrato de Concessão nº 001/2015-ANEEL, culminou na declaração de caducidade desse contrato, conforme Portaria MME nº 466, de 31 de outubro de 2018, seguindo a recomendação da ANEEL feita por meio do Despacho nº 2.194, de 25 de setembro de 2018 e pelo Despacho nº 2.421, 23 de outubro de 2018.

Destaca-se a importância e o impacto da não implantação das obras objeto do Contrato de Concessão nº 001/2015-ANEEL haja vista que tão logo foi declarada a caducidade dessa concessão as obras já foram leiloadas novamente no Leilão de Transmissão nº 04/2018-ANEEL que ocorreu em dezembro de 2018.

De maneira geral, considerando os impactos negativos que a não implantação de um empreendimento de concessão de energia elétrica objeto de contrato de concessão causa ao Sistema Interligado Nacional, podemos destacar que:

- a ausência de uma linha de transmissão pode provocar sobrecarga nas demais linhas de transmissão em operação na mesma região em caso de perda de um dos circuitos das linhas, em horários de carga média e pesada;

- a ausência de uma linha de transmissão pode provocar variações de tensão em proporções consideráveis nos barramentos das subestações das regiões onde se esperava a implantação da linha;

- pode haver corte de carga, em condição normal de operação, de consumidores industriais e/ou cargas de concessionária distribuidora local a serem supridas a partir de subestações da distribuidora devido a problemas de afundamento tensão no sistema de transmissão que interliga essas subestações quando da ausência de alguma linha de transmissão planejada e que não entre em operação comercial;

- pode ocorrer problemas de controle de tensão e/ou carregamento na região atingida pela não implantação no prazo legal de alguma obra, tanto em condição normal de operação como em situações de contingências de alguma linha de transmissão;

- problemas de sobrecarga na malha de 230kV que suprem determinadas áreas de determinadas regiões na perda de linhas de 500kV, considerando fluxos elevados nas interligações regionais;

- a ausência de determinada subestação e/ou obras associadas pode provocar sobrecarga nos transformadores de potência remanescentes dessas subestações, em caso de perda de um dos transformadores existentes;

- há comprometimento do adequado desempenho do sistema elétrico de determinada a ser atendida pelas obras não entregues nos prazos contratualmente pactuados com a concessionária de transmissão de energia elétrica;

Assim, o dispositivo da declaração de caducidade visa contornar esses aspectos ao extinguir as concessões que frustraram as expectativas para a qual foram planejadas, considerando o replanejamento e novos estudos para reavaliação da atual necessidade sistêmica dos empreendimentos que frustraram as expectativas dos consumidores e da operação do sistema.

6. Reversão de bens, indenizações, penalidades, morosidade da administração pública

A reversão é a passagem ao poder concedente dos bens do concessionário aplicados ao serviço, uma vez extinta a concessão. Essa é a definição de Celso Antônio Bandeira de Mello citada por Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Di Pietro; Maria Sylvia Zanella, 2005).

A reversão de bens vinculados à concessão dependerá sempre de indenização, mesmo que a extinção se faça por inadimplemento contratual, mediante a penalidade de declaração de caducidade (Di Pietro; Maria Sylvia Zanella, 2005).

No art. 36 da Lei de Concessões, Lei nº 8.987/1995, temos a reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Entretanto, as recomendações de declarações de caducidade de transmissão de energia elétrica já feitas pela ANEEL ao Ministério de Minas e Energia ocorreram basicamente porque o concessionário não cumpriu o objeto do contrato de concessão, ou seja, para um empreendimento de transmissão de energia elétrica o concessionário não teve condições de entrar em operação comercial porque simplesmente não implementou as obras que lhe foram outorgadas.

Assim, a princípio, não há que se falar em bens a serem reversíveis, nas declarações de caducidade de transmissão de energia elétrica, pois tais bens não foram disponibilizados pela concessionária.

Exemplifica-se com o art. 2º da Portaria MME nº 446, de 31 de outubro de 2018, e o art. 2º da Portaria MME nº 500, de 17 de dezembro de 2018, pela qual foram declaradas as caducidade das concessões objeto do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 01/2015-ANEEL, e do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de

Energia Elétrica nº 09/2014-ANEEL, respectivamente, onde consta que há o reconhecimento em não haver bens vinculados às concessões.

E em se tratando de reversão de bens vinculados à concessão nos casos de declaração de caducidade também se tratam de possíveis indenizações cabíveis aos concessionários de transmissão de energia elétrica.

A Lei de Concessões é clara ao estabelecer que a declaração de caducidade decretada pelo poder concedente independe de indenização prévia, e que de uma possível indenização será descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária infratora.

Da mesma forma que não vislumbra-se reversão de bens nas recomendações de declaração de caducidade das concessões de transmissão de energia elétrica, também não se vislumbra indenização ao concessionário também pelo fato de que esses empreendimentos não entraram em operação comercial em razão da não implementação das obras outorgadas.

7. Conclusão

A União, o poder concedente, conforme previsão constitucional, tanto tem o poder para delegar ou prestar quanto para decretar a caducidade de uma concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica. Sendo a caducidade uma das formas de extinção de uma concessão; a penalidade mais severa a ser aplicada ao agente concessionário cometido de grave infração no setor elétrico nacional.

Já a ANEEL, a autoridade regulatória do setor elétrico brasileiro, com delegação do poder concedente para fazer a gestão dos contratos de concessão, é o ente responsável por toda a instrução processual que conclui pela penalidade máxima a ser aplicada ao agente concessionário da prestação do serviço público de transmissão.

Cada qual cumprindo seu papel, a ANEEL faz a instrução processual que conclui pela recomendação de decretação de caducidade para o poder concedente, que nesses casos é representado pelo Ministério de Minas e Energia. Tal recomendação, após todo o trâmite técnico e processual, e deliberação da diretoria colegiada da ANEEL, é consubstanciada em despacho publicado no Diário Oficial da União.

E essa instrução processual cumprida pela ANEEL segue desde a previsão constitucional sobre o tema, passando pela legislação infraconstitucional, até os atos regulamentares expedidos pelo órgão regulador, o que garante transparência e segurança técnica para a decisão a ser tomada.

Esse instituto da declaração de caducidade, especificamente para o serviço de transmissão de energia elétrica, vinha sendo aplicado, até certo tempo e de certo modo, pontualmente, tratando-se casos específicos que não restavam outra solução senão a penalidade máxima a ser aplicada ao agente concessionário de transmissão de energia elétrica.

E por até certo ponto terem ocorrido apenas alguns casos pontuais de caducidade do serviço de transmissão de energia elétrica, tanto a legislação vigente quanto as normas regulatórias atendiam satisfatoriamente a instrução processual para viabilizar a aplicação dessa penalidade.

Entretanto, uma conjunção de fatores exigiu um aperfeiçoamento legal e regulatório para tratar a eminente necessidade de declarar a caducidade de vários contratos de concessão de transmissão de energia elétrica.

Um momento de grande retração da economia brasileira, somado ao pedido de recuração judicial de uma grande holding de concessionárias de transmissão de energia elétrica, além da necessidade de medidas mais extremas a serem tomadas pela fiscalização da ANEEL, ensejaram alguns necessários aperfeiçoamentos na legislação e na regulação brasileira para dotar a fiscalização da ANEEL de maior responsabilidade e agilidade nos processos, assim culminando em vários casos de remendação ao MME para que fosse declarada a caducidade de muitos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica.

Assim, como as penalidades de multa não se mostravam mais efetivas para coibir as infrações dos concessionários de transmissão de energia elétrica pelo não cumprimento de seus deveres contratuais, destacando-se o dever de entregar a tempo os empreendimentos sob concessão para a operação comercial, a medida extrema de declarar a caducidade da concessão tem se mostrado eficaz e justa.

Eficaz porque retira do universo da transmissão de energia elétrica aquele concessionário que não cumpriu seu dever estabelecido em contrato, dever esse que gerou expectativas para consumidores e para o ente responsável pela operação dos sistema elétrico nacional.

Justa porque ao se penalizar um agente infrator abre-se espaço para o agente com maior capacidade técnica e econômico de participar do monopolizado mercado de transmissão de energia elétrica.

Assim, temos que a declaração de caducidade de um contrato de transmissão de energia elétrica é um precioso sinal dado aos agentes participantes desse setor, sempre ressaltando que a declaração de caducidade não exime o agente concessionário infrator da aplicação das demais penalidades previstas na legislação e no contrato de concessão.

Porém, apesar do dispositivo da declaração de caducidade visar contornar todos esses nocivos aspectos ao extinguir as concessões que frustraram as expectativas para a qual foram planejadas, o custo e o impacto para se fazer novos planejamentos e novos estudos para reavaliação da atual necessidade sistêmica dos empreendimentos que foram caducados são de complexa mensuração.

8. Bibliografia

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.987, de 13 de fev. de 1995**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 14 fev. 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.074, de 7 de jul. de 1995**. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 8 jul. 1995.

BRASIL. **Decreto nº 2.335, de 6 de out. de 1997**. Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 7 out. 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.427, de 26 de dez. de 1996**. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 27 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.648, de 27 de mai. de 1998**. Altera dispositivos das Leis no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 8.666, de 21 de junho de 1993, no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no 9.074, de 7 de julho de 1995, no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás e de suas subsidiárias e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 28 mai. 1998.

ANEEL. **Resolução nº 318, de 6 de out. 1998**. Aprova procedimentos para regular a imposição de penalidades aos agentes delegados de instalações e serviços de energia elétrica, referentes às infrações apuradas. Brasília: Diário Oficial da União, 7 out. 1998, Seção 1, pág. 24.

BRASIL. **Lei nº 10.848, de 15 de mar. de 2004**. Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 16 mar. 2004.

ANEEL. **Resolução Normativa nº 63, de 12 de mai. 2004**. Aprova procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalações e serviços de energia elétrica, bem como às entidades responsáveis pela operação do sistema, pela comercialização de energia elétrica e pela gestão de recursos provenientes de encargos setoriais. Brasília: Diário Oficial da União, 13 mai. 2004, Seção 1, pág. 73.

BRASIL. **Medida Provisória nº 735, de 22 de jun. de 2016.** Altera as Leis nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 23 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.360, de 17 de nov. de 2016.** Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, a Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, a Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, e a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 18 nov. 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Despacho nº 1.293, de 17 de maio de 2016.** Brasília: Diário Oficial da União, 23 mai. 2016, Seção 1, pág. 137.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Despacho nº 1.294, de 17 de maio de 2016.** Brasília: Diário Oficial da União, 23 mai. 2016, Seção 1, pág. 137.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Despacho nº 1.713, de 28 de junho de 2016.** Brasília: Diário Oficial da União, 4 jul. 2016, Seção 1, pág. 84.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Despacho nº 1.775, de 5 de julho de 2016.** Brasília: Diário Oficial da União, 17 jul. 2016, Seção 1, pág. 27.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Nota Técnica nº 191/2016-SFE/ANEEL, de 25 de novembro de 2016.** Brasília: ANEEL/SFE, 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Portaria nº 4.477, de 21 de fevereiro de 2017.** Brasília: Diário Oficial da União, 1º mar. 2017, Seção 1, pág. 87.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Despacho nº 4.279, de 19 de dezembro de 2017.** Brasília: Diário Oficial da União, 26 dez. 2017, Seção 1, pág. 955.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Despacho nº 2.194, de 25 de setembro de 2018.** Brasília: Diário Oficial da União, 26 set. 2018, Seção 1, pág. 74.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Despacho nº 2.421, de 23 de outubro de 2018.** Brasília: Diário Oficial da União, 24 out. 2018, Seção 1, pág. 102.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Despacho nº 2.948, de 11 de dezembro de 2018**. Brasília: Diário Oficial da União, 19 dez. 2018, Seção 1, pág. 153.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Portaria nº 466, de 31 de outubro de 2018**. Brasília: Diário Oficial da União, 1º nov. 2018, Seção 1, pág. 78.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Portaria nº 500, de 17 de dezembro de 2018**. Brasília: Diário Oficial da União, 20 dez. 2018, Seção 1, pág. 193.

Di PIETRO, MARIA SYLVIA ZANELLA. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privada e outras formas / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2005. p. 92-133.

Assessoria de Imprensa. Sala de Imprensa, jul. 2017. ANEEL recomenda ao MME caducidade de concessões de transmissão de energia elétrica. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/sala-de-imprensa-exibicao-2/-/asset_publisher/zXQREz8EVIZ6/content/aneel-recomenda-ao-mme-caducidade-de-concessoes-de-transmissao-de-energia-eletrica/656877?inheritRedirect=false Acesso em: 20 mar. 2019.